

Explorando o conhecimento

Bruno Rodrigues de Oliveira

Alan Mario Zuffo

Rosalina E. Lustosa Zuffo

Jorge González Aguilera

Lucas Rodrigues Oliveira

Aris Verdecia Peña

Organizadores



Pantanal Editora

2024

Bruno Rodrigues de Oliveira
Alan Mario Zuffo
Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo
Jorge González Aguilera
Lucas Rodrigues Oliveira
Aris Verdecia Peña
Organizadores

Explorando o conhecimento



Pantanal Editora

2024

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Dr. Jorge González Aguilera e Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Prof. MSc. Adriana Flávia Neu
Prof. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Prof. MSc. Aris Verdecia Peña
Prof. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Prof. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Prof. Dra. Denise Silva Nogueira
Prof. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dr. Luciano Façanha Marques
Prof. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Prof. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Prof. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Prof. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Prof. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Prof. Dra. Patrícia Maurer
Prof. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Prof. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Dr. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Prof. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
SED Mato Grosso do Sul
UEMA
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
Sec. Mun. de Educação, Cultura e Tecnologia de Araripe
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

E96

Explorando o conhecimento / Organização de Bruno Rodrigues de Oliveira, Alan Mario Zuffo, Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo, et al. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2024.

69 p. ; il.

Outros organizadores: Jorge González Aguilera, Lucas Rodrigues Oliveira, Aris Verdecia Peña.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-45-7

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756457>

1. Conhecimento. I. Oliveira, Bruno Rodrigues de (Organizador). II. Zuffo, Alan Mario (Organizador). III. Zuffo, Rosalina Eufrausino Lustosa (Organizador). IV. Título.

CDD 001

Índice para catálogo sistemático

I. Conhecimento



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

O e-book “Explorando o Conhecimento” é uma coletânea de trabalhos acadêmicos que abrangem diversas áreas. Os capítulos abordam temas relevantes e atuais, com o objetivo de aprofundar o debate e disseminar o conhecimento científico. A obra é composta por quatro capítulos.

O Capítulo I explora as particularidades da reprodução de ovinos e caprinos, com foco em suas características reprodutivas e no manejo adequado para otimizar a produção. O Capítulo II analisa a relação entre o campo e a cidade no município de Feira de Santana, Bahia, discutindo as transformações territoriais, as interações socioeconômicas e o impacto da urbanização no espaço rural. Já o Capítulo III Apresenta um estudo comparativo preliminar sobre o cultivo da soja na Bahia e no Chaco argentino antes da década de 1990. O capítulo examina os ciclos econômicos da agricultura, as práticas produtivas e os desafios enfrentados em cada região. Por fim, o Capítulo IV discorre sobre uma nova metodologia para seleção de genótipos e cultivares de plantas mais resistentes a estresses abióticos, combinando a Distância de Manhattan com o método TOPSIS.

Este e-book é uma valiosa fonte de informação para estudantes, pesquisadores e profissionais que buscam aprofundar seus conhecimentos em diferentes áreas. A obra oferece uma visão abrangente e atualizada sobre os temas abordados, com base em pesquisas científicas e análises aprofundadas.

Convidamos você a explorar o conhecimento e desfrutar desta obra rica em informações e perspectivas inovadoras.

Os organizadores

Sumário


Apresentação	4
Capítulo I	6
Particularidades sobre a reprodução ovina e caprina	6
Capítulo II	12
Dicotomias sobre a relação campo-cidade no município de Feira de Santana – Bahia	12
Capítulo III	33
Estudo preliminar sobre o cultivo da soja num comparativo entre a Bahia e Chaco antes da década de 90	33
Capítulo IV	56
Uma nova metodologia para seleção de genótipos/cultivares baseada na distância de Manhattan e no método TOPSIS	56
Índice Remissivo	67
Sobre os organizadores	68

Dicotomias sobre a relação campo-cidade no município de Feira de Santana – Bahia

Recebido em: 15/06/2024

Aceito em: 22/06/2024

Wodis Araujo¹ 

 10.46420/9786585756457cap2

INTRODUÇÃO

A relação campo-cidade deve ser entendida a partir da ausência de delimitações rígidas ou barreiras fixas, entre os espaços rural e urbano, pois ambos são constituídos de elementos presentes tanto em um como no outro. Todavia, o conjunto de forças que atuam em ambos, de modo particular os processos de urbanização e industrialização, delineiam novas formas de relações sociais, econômicas, produtivas e políticas, as quais possuem rebatimentos na organização do espaço, assim como na configuração do território.

Hoje, na relação campo-cidade, o urbano tem se mostrado o elemento dominante subordinando o campo a cidade, situação que emerge como uma característica recente, a partir do advento da industrialização, fenômeno que em escala mundial se intensifica após a II Guerra Mundial e no Brasil, nos decênios de 1960 e 1970. A industrialização brasileira atrela-se ao processo de urbanização, que também teve um crescimento positivo, junto com o processo de desenvolvimento industrial atrelado a uma política de progresso (baseada na modernização e no crescimento econômico) adotada pelo Estado brasileiro, nesse período, que entendia o rural como arcaico e atrasado.

A modernização não ficou restrita a cidade e a indústria. Ao traçar o quadro de mudanças econômicas de nossa história recente, observamos que o campo não ficou banido do contexto de mudanças produtivas. O espaço rural, subordinado ao capital e aos interesses urbanos, tem sua produção orientada para atender as necessidades diretas e indiretas da cidade.

O campo por sua vez responde as necessidades e anseios dos agentes hegemônicos que atuam desde a cidade, interagindo e refletindo seu modo de vida e consumo, justificado pela relação direta de capital onde os espaços se confundem numa mesma lógica de consumo e produção. Todavia essa modernização que subordinou o campo à cidade modificou a orientação da produção rural, mas manteve a mesma estrutura fundiária concentrada, numa modernização conservadora, fazendo do campo um mercado de consumo de insumos, cujo capital se reverte para a cidade, assegurando o retorno do seu

¹ Professor pesquisador, pós-doutorando do Departamento de Geografia - Faculdade de Humanidades - UNNE. Professor adjunto do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS.

investimento. Assim passamos a abordar os elementos dessa relação campo-cidade no município de Feira de Santana (Figura 1).

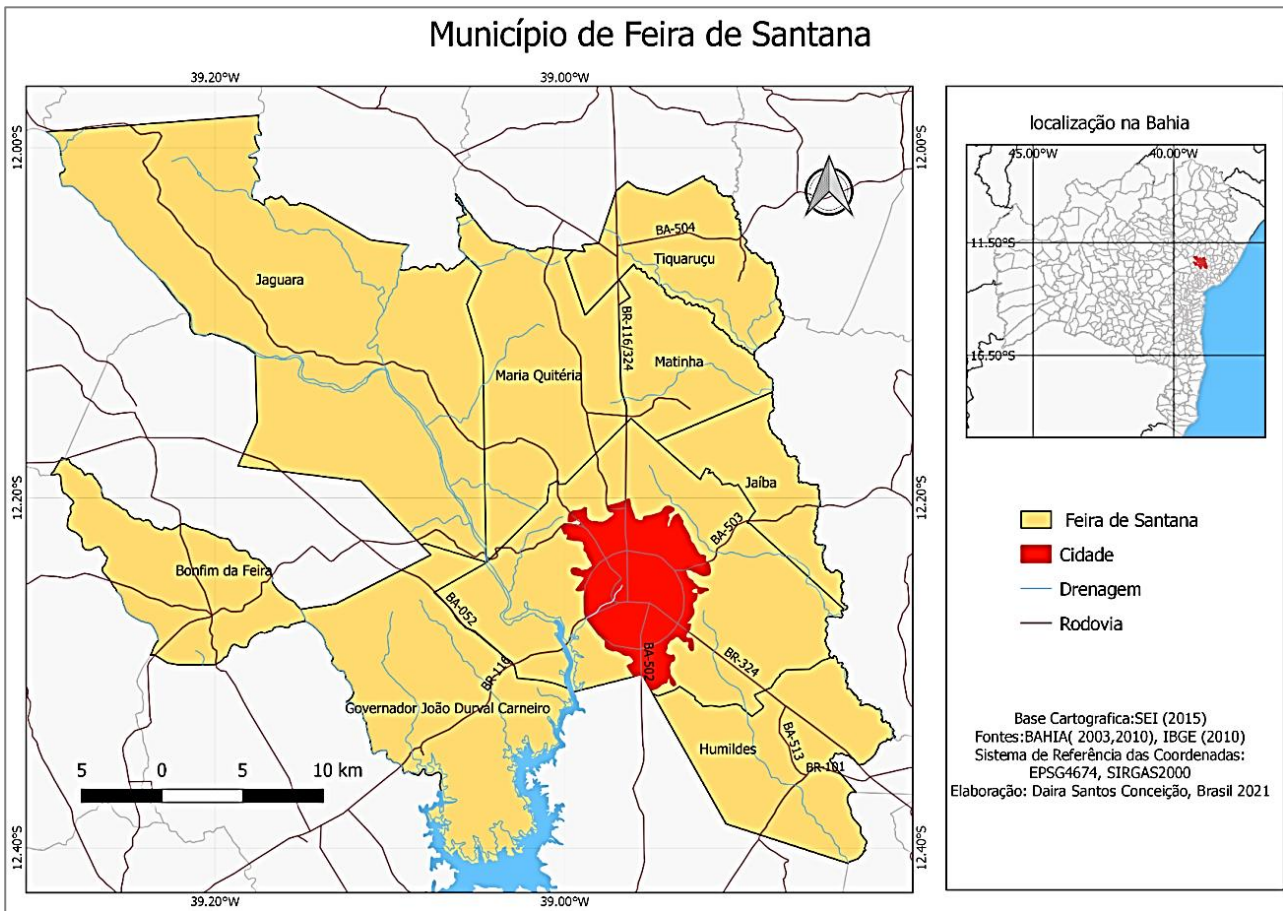


Figura 1. Município de Feira de Santana - Bahia. Elaboração: Daira Santos Conceição, 2021.

O município vai moldando seu espaço urbano e rural de acordo as interferências e demandas do capital, formando novas estruturas econômicas e sociais, adequando-se (muitas vezes por conflitos) as novas realidades que surgem, refletindo as mudanças espaciais.

ABORDAGENS TEÓRICAS DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

O campo e a cidade de início parecem-nos como dois mundos distintos. Todavia, não podemos entender a cidade apenas como a área administrativa e nem o campo, enquanto espaço produzidos pela simples produção de mercadorias; mas como espaços com relações sociais e de produção que coexistem mutuamente em diferentes escalas geográficas. É inegável que existam distinções – produtivas, espaciais, paisagísticas e culturais – entre a vida no campo e na cidade, mas as especificidades só podem ser avaliadas quando se leva em consideração as contiguidades e articulação entre estes espaços.

Durante muito tempo a relação campo-cidade foi limitada pelas relações de produção que cada um desses espaços, o rural e o urbano, apresentassem em sua totalidade. Buscou-se evidenciar que as cidades deveriam constitui-se em unidades espaciais independentes e opostas ao campo. Todavia este

sistema de ideais não levava em consideração o fato de que a cidade e o campo possuem relações de complementaridade e dependência (Locatel, 2013).

Lefebvre (2001) argumenta o princípio da relação cidade-campo e suas mediações, ao dizer:

A vida urbana compreende mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza. É o caso da aldeia, cuja relação com a cidade, na história e no momento atual, está longe de ser totalmente conhecida. É o caso dos parques dos jardins, das águas cativas. Essas mediações não podem ser compreendidas sem o simbolismo e representações (ideológicas e imaginárias da natureza e do campo como tais pelos cidadãos). A relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação. Mais ainda, numa mesma época manifestam-se relações bem diferentes. (Lefebvre, 2001, p. 68).

O campo é atraído para a cidade e a cidade para o campo, pois em sua territorialização elementos singulares e comuns aos dois são encontrados e mantidos, uma vez que as dinâmicas das relações produtivas e humanas se interagem, em especial pelo uso do mercado e da feira livre, que recebe a mercadoria do campo para abastecer a cidade e depois devolve ao campo os equipamentos para a produção de mais mercadorias, numa alusão simples às relações entre esses espaços.

Campo e cidade são construções sociais. São espaços produzidos por relações sociais diferenciadas que, por sua vez, formam realidades diferentes, embora impulsionadas pela mesma lógica produtiva que é o modo de produção capitalista. Mesmo nas sociedades pré-industrial as relações campo-cidade estavam interlaçadas e acentuaram-se mais ainda com a modernização das atividades agrícolas, onde a diversificação das atividades econômicas nas áreas rurais ampliou as relações entre o campo e a cidade, particularmente com a ocorrência do processo de urbanização. Duas abordagens distintas são objeto de análise sobre o processo de urbanização do campo. A primeira, argumenta as transformações territoriais a partir dos fatores econômicos; a segunda, baseia-se em relações sociais (Rosa e Ferreira, 2006). Entretanto existe uma interface entre o campo e a cidade, que em nosso estudo abordaremos como o periurbano (Mota e Peixoto, 2006).

O espaço periurbano é entendido como o modo de vida urbano, com todos os seus elementos e, conseqüentemente, transformações sociais acompanhadas de mudanças no uso do solo e das atividades econômicas predominantes. O Periurbano é uma "zona fronteira" sujeita a processos econômicos associados com a exploração capitalista do espaço, como resultado da introdução real ou potencial, de novas terras para a cidade (Barsky, 2005). Há que se considerar o papel do zoneamento que, ao instituir o perímetro urbano, permite que as fronteiras se cruzem e as atividades desenvolvidas ultrapassem essas delimitações jurídicas (oficiais), todavia ficcionais, possibilitando trocas materiais e simbólicas entre os agentes sociais que ocupam as áreas predominantemente urbanas ou agrícolas.

Devemos lembrar que a urbanização acontece de forma difusa, ameboide, e não contínua, já que suas áreas componentes podem se romper e/ou apresentarem estruturas hierárquicas. A ocorrência de tal processo justifica-se pela intensidade dos movimentos pendulares do trabalho, pela nova população, que circula possibilitada pelo número cada vez maior de veículos particulares, motocicletas e automóveis,

como também uma maior rede de serviço de transporte público e uma melhor infraestrutura dos serviços urbanos prestados as comunidades (Vale, 2005).

Esses vetores de crescimento não acompanham, de modo circular e padronizado o crescimento da cidade. Eles são estimulados pelo poder público e sua planificação, pela alocação de empresas privadas dos mais diversos ramos de atividades, de construção civil, pela especulação imobiliária e outros agentes promotores de demandas. Com isso podemos argumentar que a Teoria do Estado Isolado de Von Thünen², sobre os anéis concêntricos, justifica-se pelo uso e intensidade decrescente das atividades a partir da borda da cidade, pois quanto mais afastada da franja urbana, menor será a intensidade das edificações e da concentração populacional, como amplia-se as práticas agrícolas e florestais propriamente ditas (Nascimento, 2001; Vale, 2005).

O processo de urbanização do campo se pauta em cinco componentes abordados por Garcia Ramom (1995 apud Locatel, 2004), que são: 1. Perda populacional resultado da mecanização agrícola e uma maior especialização produtiva; 2. Uso residencial do espaço rural; 3. A formação da segunda residência; 4. Empreendimentos de grande complexidade; 5. Complexo agroindustriais do agronegócio. Assim a intensidade das atividades produtivas em áreas rurais justifica maior ou menor transformação territorial numa graduação de “semi-urbana” e “semi-rural” e espaços propriamente rurais, numa urbanização difusa e de uma urbanização do campo.

Da mesma forma que os elementos urbanos penetram no meio rural; nota-se a presença da agricultura dentro da cidade, configurando a prática da agricultura urbana. Embora haja muita controvérsia em torno do tema (relação campo-cidade), o elemento mais comum nas definições sobre a agricultura urbana tem sido a localização em relação à proximidade das cidades (intra ou periurbana).

Entretanto, não é a localização urbana que distingue a agricultura urbana da agricultura rural, senão o fato de que a agricultura integra e interage com o ecossistema urbano. A agricultura urbana, refere-se àqueles cultivos agrícolas situados dentro das áreas urbanas ou ao redor delas (no periurbano), sendo áreas individuais, coletivas ou públicas, aí incluídas as vias públicas, praças, parques, áreas de servidão, terrenos ociosos ou baldios (Vale, 2005; Gomes, 2007).

A interpenetração dos espaços provoca também alterações nas relações de trabalho e na forma de reprodução da vida das famílias camponesas que vivem próximas as áreas urbanas. A intensificação do uso do trabalho acessório como um elemento associado às novas formas de produção, resultantes principalmente da modernização das atividades agrícolas, nas novas formas de uso do solo, na segunda residência, no turismo rural, no neo-ruralismo, no agronegócio, entre outras; que demandam mão de obra recrutada entre a população mais próxima e que em muitos casos se encontram localizadas no periurbano (Bernadelli, 2006).

² Os dois modelos clássicos de localização que podem subsidiar a análise das tradicionais relações entre a cidade e o campo – a Teoria do Estado Isolado desenvolvida por von Thünen, em 1826, e a Teoria das Localidades Centrais elaborada por Christaller, em 1933.

Devemos entender a urbanização como um processo de transformação que afeta tanto a cidade como o campo. O uso da concepção de um *continuum*, de duas realidades diferentes, perde sua conotação quando passamos a entender as novas formas de ocupação do território e suas inter-relações onde um não exclui o outro. Assim as definições existentes do que seja rural e urbano, de uma forma geral, são associadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de continuum. Na primeira, a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre estes dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe à cidade. Na segunda, ocorre uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana, como aponta Bertrand (1973 apud Reis, 2006).

A ideia de continuum parte da observação de que entre o rural e o urbano existiria uma relação infinita, ou seja, um contínuo. Portanto, não poderia existir apenas urbano e o rural sem algo que intermediasse essa relação. Existiriam vários elementos que dariam a continuidade entre esses dois aspectos. Nesse sentido Wanderley (2001), coloca que a vertente do continuum rural-urbano se refere a uma relação que aproxima e integra esses dois polos, onde a hipótese central, mesmo ressaltando as semelhanças e a continuidade, não destrói as particularidades destes, além de não representar o fim do rural. Segundo a autora, nessa concepção “o continuum se desenha entre um polo urbano e um polo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (Wanderley, 2001, p.33).

No Brasil, recorrentemente se pensa o campo como um lugar atrasado e bucólico, dissimulado pelo estereótipo do caipira e do matuto, um ícone nos governos militares, resultado de uma política de esvaziamento do campo e da não reforma agrária, onde se mantêm um exército de reserva de mão de obra industrial para as cidades e para os grandes latifúndios (Oliveira, 2007). É nesse cenário que se monta uma dicotomia rural-urbano, sem que essas categorias em nada tivessem relações entre si.

Outro fator, que merece destaque é a forma negativa como o rural é encarado pela população. Mesmo tendo sua origem em rotas de gado e numa feira livre, a industrialização e a intensa atividade comercial associado ao rápido crescimento populacional, perpassa o rural como um sinônimo de atraso e que deve ser ultrapassado por novas formas de ocupação e de atividades econômicas “modernas”, por um “novo rural”.

Esses pensamentos surgem num Brasil que iniciou um estilo de vida citadino burguês, por volta de 1820 (e não urbanizado). Este estilo da pré-industrialização brasileira, consiste no começo da diferenciação (cultural e econômica) entre as populações rurais e urbanas. A partir dessa época, a referida diferenciação aumentou progressivamente. Segundo Queiroz (1978), a efetiva ruptura cultural entre rural e urbano no país, ocorreu com o processo de industrialização nas cidades, sendo que em algumas áreas se processam no campo mudanças tecnológicas.

Nessas áreas tecnológicas, o campo conseguiu acompanhar o crescimento e desenvolvimento das cidades, mas, como o processo tecnológico é seletivo, em outras regiões do país o campo não incorporou as técnicas avançadas. Para Santos (1988), “[...] quanto mais modernizada for a atividade agrícola, mais amplas as suas relações e mais longínquo o seu alcance. Por isso se pode falar em curto-circuito da cidade

próxima, pelo rompimento do esquema tradicional”. Assim, a análise brasileira da relação campo- cidade, tem que considerar as inferências entre o moderno e o antigo, bem como as diferenças regionais.

Nessa vertente Alentejano (2001) questiona o que há de novo no rural do Brasil, refutando algumas teses clássicas de interpretações dualistas e dicotômicas, e atualizando as discussões sobre o rural e o urbano. Para o referido autor o lugar do rural como categoria de explicação da realidade, no que pese as transformações em curso na contemporaneidade; porém, propõe desmistificar “as associações tradicionalmente feitas entre rural e agrícola, natural e atrasado, e urbano como sinônimos de moderno, industrial e artificial” (Alentejano, 2001, p. 103).

Desta forma, um novo urbano e um novo rural surgiriam do choque entre ambos. Choque este definido pelas relações econômicas que encontram na terra sua primazia, ao contrário das relações urbanas cujas dinâmicas independem da terra. Para o autor, cada realidade rural ou urbana deve ser entendida em suas particularidades e na totalidade na qual estão inseridas. É a possibilidade de relacionamento entre duas realidades distintas que permite que as pessoas entrem em contato com o outro sem romper totalmente com sua realidade cotidiana. O campo deve ser buscado, não como uma válvula de escape aos problemas da cidade, mas como uma opção de vida e trabalho. Rural e urbano, por mais características comuns que possam possuir, jamais serão realidades semelhantes. Diferenças continuarão a existir. O desafio está em não as utilizar como instrumento dicotomizado.

Periurbanização e rurbanização

Antes de abordarmos o tema proposto partimos por definições que giram em torno da temática. Ao definir a diferença entre município e cidade, de uma forma sintetizada, são limites territoriais diferenciados, mas que um está dentro do outro, porém a dinamização e características são divergentes, pois no primeiro caso, é o espaço territorial político de uma unidade da federação, nele encontra-se o espaço urbano e o espaço rural, que se somam a unidade maior, o município; que é juridicamente administrado por uma prefeitura. A cidade, por sua vez, é a sede administrativa do município, o espaço urbano delimitado por um perímetro urbano, onde prevalecem atividades secundárias e terciárias (Vale, 2005; IJSN, 2011).

Esse perímetro urbano define os limites entre os espaços urbanos e rurais, pois na legislação brasileira um município pode ter mais de uma aglomeração urbana, porém receberá o nome da cidade principal, a sede municipal. O perímetro urbano é definido por uma linha imaginária, uma delimitação entre os espaços, rural e urbano, resultado da identificação de solos urbanizados e da coesão das construções e da infraestrutura oferecida para as edificações (Endlich, 2006; ISJN, 2011).

Para Locatel (2004) os espaços possuem identificações distintas a partir da densidade das edificações e do uso do solo, assim descritos por ele:

Em primeiro lugar, encontra-se o espaço propriamente urbano composto por uma edificação contínua, que se apoia numa estrutura articulada pelos sistemas de transportes, pelo uso do solo e pelas normas de planificação urbana. Em segundo lugar se encontram os espaços periurbanos, com uma edificação descontínua, que mescla elementos do urbano com resíduos agrários. Neste espaço, ainda que de predomínio urbano, caracteriza-se como uma zona de transição, com usos tão diferentes, com grandes equipamentos comerciais, polígonos industriais, cidades dormitório, urbanização de baixa densidade, condomínios fechados, áreas de agricultura residual, entre outros (Locatel, 2004, p. 143 -144).

Acrescentamos ainda o limite urbano da área de expansão futura da cidade, que é ocupado por uma agricultura de baixa intensidade, e edificações muito dispersas. E por fim, além da franja urbana o espaço rural propriamente dito, com todas as suas funções, que se somam ao conjunto maior do território municipal. Ainda dentro do território municipal podemos encontrar vários outros subcentros, as sedes distritais, caso elas existam com uma menor intensidade de edificações, porém na mesma equivalência da cidade-sede municipal. (Ferreira, 2011; Santos, 2013).

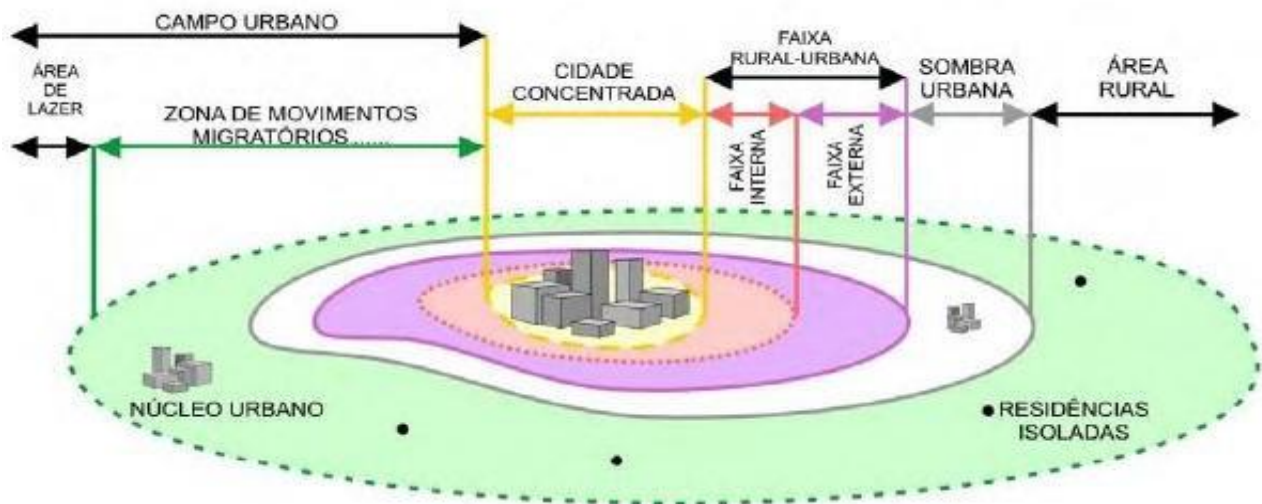


Figura 2. Coroas periurbanas. Fonte: Vale, 2005, p. 80.

O processo de periurbanização ocorre dentro do espaço de transição entre o urbano e o rural. De uma forma mais objetiva, é uma transição entre esses aspectos, devido ao avanço das cidades para esses espaços mais afastados dos centros. Essas áreas podem ser vistas em locais denominados, periféricos, distantes do centro, ou limítrofes entre a cidade e o campo, devido a esse crescimento desordenado das cidades. A concentração de objetos e pessoas nos perímetros urbano impulsiona também a desconcentração da população que antes se encontravam dentro do centro, a qual tende a ocupar áreas menos densas. A (Figura 2) apresenta um modelo dos limites da morfologia do periurbano.

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN, (2011), a justificativa do inchaço urbano, promove as seguintes condições:

O inchaço dos centros urbanos estimula o crescimento das fronteiras ou margens urbanas criando espaços de difícil caracterização. As margens urbanas se localizam nas proximidades de centros urbanos, dispostas ao longo de eixos viários e cursos d'água. São áreas ocupadas por elementos antrópicos – indústrias, periferias, condomínios fechados –; e por elementos naturais – lagos, rios, massas de vegetação –; correspondendo a realidades de transição entre contextos

urbanos com densidades, morfologia e usos diversos e unidades de paisagem diferentes. Coincidem com situações residuais de um sistema territorial antropizado, permeados por relativamente poucas ocupações à espera de modificações a partir da mudança de demandas. Em muitos casos, estas situações não apresentam um senso, são o resultado de ações cujos limites e fronteiras não levaram em conta os elementos já presentes no território. (IJSN, 2011, p. 05).

Esses espaços são construídos através dos incentivos públicos e privados, com intuito de dinamizar áreas da cidade, por vetores de crescimento e zoneamento que antes não figuravam no cenário especulativo imobiliário. A expansão imobiliária é um dos elementos que contribui para construção das áreas periurbanas. Além disso, o crescimento das periferias urbanas em detrimento das áreas centrais vincula os gastos com a necessária expansão de infraestrutura, em especial os meios de transporte coletivo. Outro elemento importante para ser inserido nessa discussão relaciona-se ao uso do solo, esse uso pode ocorrer desde a introdução de agricultura até por construções de condomínios fechados, que segundo Vale (2005), tem o seguinte ordenamento:

Obviamente sabemos que a mistura de usos do solo não é um aspecto exclusivo do espaço periurbano, mesmo porque é bastante comum a presença de práticas agrícolas em terrenos urbanos ou a implantação de indústrias em áreas rurais. A questão é que, no espaço periurbano, a intensificação dessa mistura é tamanha que dificulta a separação entre rural (ou agrícola) e urbano. Isso implica que a dinâmica periurbana tenha características próprias, daí consideramos a importância do periurbano muito mais pela sua dinamicidade do que pelo fato de ser um espaço rural ou urbano. (Vale, 2005, p. 84).

O espaço periurbano, na lógica capitalista, é visto como um lugar marcado pela ocorrência de problemas de diversas ordens, de modo particular pelas desigualdades socio espaciais. Essas terras, pelo fato de serem encontradas nos limites urbanos, em muitos casos, encontram-se de forma acessível (terras baratas), e atraem diversos compradores, principalmente do ramo imobiliário, forçando a urbanização pelos vetores de crescimento da cidade. Para Souza (2005), os espaços periurbanos são explorados da seguinte forma:

O que pode confundir é que na franja rural-urbana, muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, às vezes até belamente bucólico - algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem para algumas cabeças de gado - quando, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da “lógica” urbana de uso do solo. Grandes áreas servindo de pastagem para umas tantas cabeças de gado, por exemplo, nada mais são, frequentemente, que uma “maquiagem” para glebas mantidas como reserva de valor por empreendedores urbanos; são, assim, terras de especulação, “em pousio social”, por assim dizer, e que serão convertidas, depois de muitos anos ou mesmo após algumas décadas, em loteamentos populares ou condomínios fechados de alto status, dependendo da localização. Nem tudo aquilo que parece ser, por conseguinte, de fato é, em matéria de espaço periurbano (Souza, 2005, p. 27 – 28).

Mais uma vez, os condomínios fechados, em áreas periurbanizadas, são destaque por sua atuação na conversão do solo rural em solo urbano. A especulação imobiliária promove a demanda por terras, ocupando as chácaras e sítios que deixaram de ser atrativos para seus proprietários e vendem a natureza como elemento primordial para a qualidade de vida dos – Villes, Villages, Greens, Gardens, Hills, Ecovilles –, ou qualquer outro nome que remeta ao imaginário campestre. As demais chácaras e sítios que resistem a investida do capital imobiliário, são toleradas como referência a ideia e localização do rural, nesse caso oposto a cidade.

Fazemos uma referência ao trabalho de Von Thünen (1826), na proposta de um padrão de localização das atividades agrícolas onde as intensidades das práticas decrescem a partir do distanciamento do centro urbano. Von Thünen se refere ao cinturão verde, que no momento dos seus estudos não eram mecanizados e ocupavam uma grande leva de trabalhadores (Nascimento, 2001). Todavia a referência ao cinturão verde e seus anéis concêntricos, justifica-se principalmente, não só pelo rápido abastecimento do mercado da cidade, mas por ser uma atividade de baixa rentabilidade próxima a cidade, em função dessas áreas receberem uma forte especulação imobiliária relacionada a sua futura conversão de áreas agrícolas em áreas urbanas (Oliveira, 2001).

Conforme varia de país para país e de autor para autor, ao considerarem os processos de periurbanização e rurbanização ou ainda rururbanização como equivalentes no uso de suas terminologias, constatamos que embora sejam diferentes os conceitos, há um consenso que os termos periurbanização e rurbanização, representam um processo diferente da suburbanização e que se fundamenta na relação campo-cidade (Silva, 2004).

Com a expansão urbana sobre as áreas rurais, fortalecida pelos avanços tecnológicos dos meios de transportes e comunicações, e considerando que os espaços periurbano/rurbano seriam diferentes dos chamados subúrbios clássicos pela descontinuidade das construções e pela predominância da agricultura. Nele existiria uma associação entre o rural e o urbano, onde predomina a população urbana que vive num espaço rural com tendência à valorização na medida em que a cidade cresce.

Esse fenômeno parece ocorrer de dentro para fora, fortalecendo a ideia do periurbano. Entretanto há autores, como Alencar (2008), que argumentam o rurbano (o mesmo que periurbano na visão da autora) como a interpenetração do rural dentro da cidade. A franja urbana seria forçada de fora para dentro e as atividades e o espaço rural tomariam formas dentro da cidade. Ainda assim argumentaremos, que não é nosso objetivo de estudo a agricultura urbana e a ideia de rurbano [onde o espaço rural penetra o espaço urbano e modifica a cidade], pois nos posicionamos pela ideia do periurbano, onde o espaço urbano interpenetra e mescla o espaço rural.

Nesse caso argumentamos que a agricultura urbana é praticada dentro da cidade compacta, como também no periurbano, em terrenos, lotes e quintais, sendo seus cultivadores proprietários ou não desses espaços, integrada ao sistema econômico e ecológico da cidade. No trabalho de Locatel (2004, p. 142 - 143), o autor apresenta uma definição do que seria agricultura urbana, sendo “[...] definida como uma atividade realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade ou em seu entrono (periurbano) e destinada a produção para a utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala, em mercados locais. [...]”. Essa definição reforça o uso de lotes urbanos pela agricultura urbana em nosso município, principalmente no distrito sede e ainda pequenas criações de animais de pequeno, médio e grande porte no entorno do anel viário da cidade.

O periurbano, devido a sua localização, permite que essa atividade tenha força para ocupar os pequenos espaços ociosos, principalmente os cultivos de hortaliças. Os pomares e as pequenas granjas

também disputam espaço no periurbano, uma vez que suas atividades demandam um pouco mais de espaço. No município de Feira de Santana, percebe-se o trabalho acessório, como também o labor familiar, uma vez que essas atividades quase sempre são entendidas como complemento da renda doméstica.

Não só há o cultivo de alimento; as ervas medicinais, para o consumo da população local, também ocupam espaços na agricultura urbana, como a criação de animais de pequeno porte. Fazemos referências às hortas medicinais na cidade de Lisboa (Portugal) e Cidade do México (México); e a criação de animais como codornas e perdizes e “o porco do quarto andar” em Havana (Cuba). Devemos sinalizar que a criação de animais dentro da cidade e em sua periferia, é menor pois muitas dessas cidades possuem leis que proíbem tal atividade, baseadas principalmente nas zoonoses.

No município de Feira de Santana, a agricultura urbana se mostra presente, não só na sede municipal, nos bairros periféricos, como nas sedes distritais, em especial Humildes, Maria Quitéria e Jaíba, como principais representantes dessa atividade, mesmo não dispondo de dados estatísticos relevantes, sobre essa atividade. Não há por parte da Prefeitura Municipal um incentivo formalizado da prática da agricultura urbana em terrenos baldios, pois a política implantada no município é a intensificação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que obriga indiretamente seus proprietários a murar a condição fiscal do imóvel, de rural para urbano. Diferente do que acontece nas Prefeituras dos municípios de Montes Claros (MG), pioneira no estímulo da agricultura urbana; Recife (PE), São Paulo (SP) e suas diversas iniciativas de agricultura urbana e no Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR).

As famílias que praticam a agricultura urbana tiram dela, um rendimento extra e depois um acréscimo à dieta alimentar, com seus produtos. Pois os produtos de primeira qualidade são destinados ao mercado e seus refugos, para a alimentação. Essa prática é visível no período de safra do calendário agrícola municipal, quando os camponeses levam para as ruas do centro da cidade seus produtos, em especial o feijão-verde, milho, ovos e galinhas vivas. Essa oferta, se mostra positiva para a população urbana que além de encontrarem uma oferta e variedade maior de produtos para sua alimentação, forçam para baixo o preço dos alimentos nos supermercados e estivas.

Ruralidades no município

A modernização da agricultura, pós-1960 promoveram inúmeras transformações no setor agrícola, aprofundando as desigualdades (produtivas, sociais e econômicas) que já existiam e criando novas. A heterogeneidade na agricultura tornou-a uma estrutura complexa e multifacetada, que reconfigurou o espaço rural, associada às mudanças sociais, econômicas e culturais, revalorizando o rural e a natureza. Novas prática e atividades rurais, apoiadas pela tecnologia, surgem sobre os velhos extratos produtivos da agricultura, modificando a forma de produzir, mas mantendo as mesmas relações de trabalho.

Durante muito tempo o rural e o urbano foram abordados como duas realidades distintas, onde a cidade tida como dominante, executava o trabalho intelectual e de transformações, em contrapartida ao rural dominado, prevalecia o trabalho manual e muitas vezes tido como atrasado. Neste contexto é possível se perceber a nítida divisão do trabalho, onde Marx e depois, reafirmando a oposição que campo e cidade são elementos distintos por suas formas de produzir e que suas populações poderiam ser divididas e analisadas, isoladamente (Locatel, 2004, Gomes 2007). Porém observou-se que havia dentro do tecido urbano, camponeses e artesões que buscavam no campo seu sustento e que as aldeias se ruralizavam perdendo a especificidade camponesa.

Entretanto, no Brasil, a aristocracia rural dominou o país politicamente e economicamente, perdendo força, mas não desaparecendo do cenário nacional e continuou influenciando o país até o presente momento; após a modernização da agricultura, que dava seus primeiros passos, na década de 1930, com Getúlio Vargas, precisamente entre (1930 – 1956) o chamado período da “revolução industrial”. Vargas afastou do poder do estado as oligarquias tradicionais que representavam os interesses agrários e adotou uma política industrializante. O segundo período da indústria no Brasil – o período da “internacionalização” –, pós-1959 até a atualidade, marca a intensificação da agricultura pela mecanização e uso de insumos em larga escala.

O final do século XX é marcado por uma complexificação e intensificação das relações campo-cidade em escala mundial, pois são recriadas as relações entre os setores econômicos e restabelecidos valores até então tidos como privilégios da cidade ou do campo. Assim, as novas atividades desenvolvidas no campo, a partir de um novo conjunto de produtos, de prestação de serviços, de tecnologias e da visão do campo agora como espaço também de lazer, levam alguns estudiosos, a tratar, inclusive, de um “novo rural” no Brasil (Graziano da Silva, 1999). Ao mesmo tempo, determinados estudiosos lançam perguntas para tentar entender se este novo rural é realmente rural (Locatel, 2004; Oliveira, 2007).

Para Locatel (2004, p. 158) os quatro subconjuntos do “novo rural” apresentado por Graziano da Silva; 1. a agropecuária moderna; 2. as atividades de subsistência; 3. as atividades não-agrícolas; e 4. novas atividades agropecuárias; apresentam pouco de “novo”. Celso Locatel (2004) argumenta, que o uso de tecnologias sempre esteve presente na agricultura brasileira, como os sítios de pequenos produtores que abasteciam de alimentos aos grandes latifúndios, ao longo da história do país; as atividades não-agrícolas foram alvo de debates em Kautsky (1980) e por fim a questão do “novo” está de intensidade dessas atividades, pois aumentou o número de pessoas participando do trabalho não-agrícola, dando um destaque maior na atualidade do que no passado³.

Inegavelmente esses espaços guardam especificidades, assim como algumas permanências de destaque, tais como a divisão do trabalho ainda existente entre eles, além de um provável domínio da

³ Sobre essa intensidade, nos referimos às atividades não-agrícolas e a pluriatividade. Os autores: Carneiro, 2008; Nascimento, 2008; Sousa, 2009; Mesquita, 2011; destacam esse crescimento.

cidade sobre o campo quando pensamos, por exemplo, na questão salarial. Como sabemos, muitos salários pagos nas cidades são bem superiores àqueles pagos no campo. Ademais, novos empregos surgem com a modernização da agricultura e oferecem salários com valores bastante elevados e até então inexistentes na realidade do campo.

Os jovens são os mais vulneráveis nessa questão de trabalho/salário, pois muitas vezes estão inseridos numa realidade de uma agricultura tradicional, de subsistência e sem maiores perspectivas de melhoria no lugar onde vivem. Assim, além de se constituírem um exército de reserva, são facilmente recrutados para o trabalho não-agrícola fora de sua unidade familiar de produção.

Uma delimitação não é fácil, para o universo campo-cidade. Entretanto, o campo não é caracterizado apenas pelo caráter agrícola, assim como apenas os aspectos demográficos não mostram o crescimento urbano de determinados espaços. E ainda mais, associar o rural e o urbano, ou o campo e a cidade a uma única atividade econômica tornam-se, na atualidade, cada vez mais controverso. Contudo, esses elementos (agricultura, demografia, economia, etc.) nos ajudam a completar o quadro para podermos estabelecer, principalmente nos dias atuais, as diferenças, as semelhanças, as relações, as distâncias e, sobretudo, as complementaridades entre cidade e campo. As grandes transformações sugeridas pelo período histórico atual nos motiva a pensar tais relações de forma muito mais ampla e complexa.

Em um dos vetores de crescimento e desenvolvimento, a modernização da agricultura trouxe para o município de Feira de Santana, assim como para as demais unidades da federação, atividades que antes não se fazia presente no espaço rural, como exemplo, a industrialização do campo, a agricultura *part-time*, a segunda residência, os condomínios fechados de luxo, o lazer. O espaço rural com suas multifunções incorporando e adaptando as atividades urbanas geradoras de uma diversidade de formas, de um rural com características urbanas, de maior ou menor intensidade do uso dos espaços por atividades econômicas definidas como urbanas e/ou como rural.

Tomamos como exemplo os sítios e chácaras dos distritos de Humildes e Jaíba. Esses distritos possuem indústrias e galpões de serviços comerciais de armazenamento ao lado de pastagens e plantações e condomínios residenciais, vizinhos de hortas e pomares; com pequenas propriedades rurais que disputam espaço nas vias de circulação com suas carroças de tração animal entre caminhões e carros particulares. A necessidade de expansão das atividades urbanas, promovem o avanço do urbano, porém reafirma o rural pelo consumo dos espaços naturais, do verde e da natureza.

No município, nichos de mercado especializados começaram a despontar para um grupo seletivo de consumidores, como a agricultura orgânica e a produção de polpas de fruta sem conservantes. Alguns pequenos agricultores familiares começam a se especializar na produção de frangos e ovos orgânicos, com compradores fixos e produção limitada. A demanda sempre é mantida maior que a oferta do produto garantindo a seus produtores um valor maior no resultado final da venda. Destaca-se também a produção hidropônica, com toda sua produção reservada a uma rede de supermercados da Bahia (Hiper

Bompreço/Walmart; ano 2015). A criação de animais exóticos como avestruz e javali, são presentes no município, porém com pouca expressividade e pequenos fabricos de temperos e compotas de doces diversos.

O mesmo tem acontecido com a substituição, ainda numa pequena escala, da criação de gado bovino, pela de ovinos e caprinos selecionados, no distrito de Jaguara. Os consumidores encontram os cortes nobres de carne de ovinos em redes de frigoríficos de grife, principalmente no centro da cidade. A produção de leite e seus derivados é pontual, mesmo existindo uma empresa de beneficiamento de leite no município, a Companhia Central de Laticínios da Bahia – CCLB.

Mesmo com toda essa diversidade de atividades, as que mais se destacam no município são: a segunda residência e os espaços de ócio e lazer. A segunda residência pelo poder aquisitivo, dos proprietários que buscam no campo o isolamento do cotidiano urbano e o aluguel de pequenas propriedades para o lazer e ócio dos finais de semana e/ou de curtos períodos. Todavia entendemos que há um limite, no espaço, para a atuação dessas atividades, pois eles se espacializam no periurbano, mesclando as comodidades dos serviços urbanos, como a telefonia e a internet, com a horta e a granja.

Para a população camponesa o trabalho acessório em atividades não-agrícolas, é quase o único vínculo com essa ruralidade, resultado da oferta de empregos diversos, pois nas unidades de produção familiar, pelo tamanho de gleba trabalhada e das técnicas empregadas, associada aos tipos de cultivos, inviabiliza uma produção, que seja competitiva nos mercados e que possa garantir a reprodução da família. O trabalho não- agrícola, tende a se concentrar em atividades que exijam baixo nível de instrução ou complexidade de execução.

Se observarmos a partir da cidade difusa, as ruralidades se apresentam também, pelo lazer e pelos serviços urbanos, nas mercearias e pequenas lojas de materiais de construção, salão de beleza, bares, oficinas diversas e igrejas. O campo atraiu, a partir da sua urbanização, novas formas de habitat, atividades econômicas não-agrícolas e mudanças no modo de vida da população e na dinâmica do território. Podemos encontrar lugares com maior intensidade das atividades agrícolas tradicionais e outros com maior índice de urbanização.

Assim a agricultura pode ser praticada tanto em áreas rurais como em áreas urbanas de grandes e pequenas cidades. Suas características podem variar, como as técnicas utilizadas, as condições naturais e a intensidade dos recursos. A relação dos espaços rural e urbano, interagem e se mesclam, num mosaico de atividades onde as ruralidades se apresentam com maior ou menor intensidade.

Complexidade do meio rural municipal

O espaço rural do município de Feira de Santana foi moldado a partir de uma fazenda de gado e de rotas de boiadas e tropas de burros, de plantações comerciais de fumo, cana-de-açúcar, algodão e mandioca. O comércio baseado na economia do gado floresceu junto com a feira livre e os currais de

negócios. O boi gordo foi uma moeda forte para mover as engrenagens do comércio varejista e promover mudanças na logística dos transportes e da circulação, atraindo para a cidade de Feira de Santana, a estrada de ferro e depois as rodovias (Andrade, 1987; Popino, 1968; Freire, 2012).

Os elementos que promoveram o desenvolvimento político e econômico da cidade acarretaram um crescimento populacional e uma mudança na estrutura produtiva do município. Primeiro foram às secas cíclicas que gradativamente reduziram o rebanho bovino (Diniz, 2012), tirando do município a condição de praça de cotação do preço do boi gordo, o mesmo ocorre com a bacia leiteira do município, que nunca teve grande expressividade, mas que recebia dos municípios vizinhos o leite suficiente para processar e manter uma indústria de laticínio e uma fábrica de leite em pó.

O município nunca possuiu grandes lavouras de destaque econômico, ainda que seu brasão faça referência ao fumo e ao milho, esses cultivos eram tratados como economias secundárias e de “homens pobres”, mesmo a mandioca como a principal fonte de alimento para a população e que se manteve ativa, junto com o milho e o feijão, não puderam sustentar a economia local (Freire, 2012). O gado e o comércio foram as principais fontes de renda em que o município se ancorou. As lavouras de subsistência disputavam espaços com as fazendas de gado, para a produção de alimentos que encontravam na feira livre, local de comercialização.

O gado e o comércio geraram uma oligarquia local de coronéis, que pela disputa política atraiu para o município novas atividades econômicas, em especial a indústria. Aos poucos as fazendas foram reduzindo suas áreas e o gado foi perdendo expressão, dando lugar a pequenas e médias propriedades rurais que resistiram e mantiveram o cultivo dos víveres, apoiada ainda pela feira livre, que acontecia no centro da cidade (Santos, 2007; Araujo, 2014).

Diferente do gado que não conseguiu se sustentar no município, as lavouras de subsistência ganharam espaço principalmente no período posterior ao ano de 1950, quando o município começa a receber os primeiros investimentos governamentais e mais ainda no decênio de 1960 com as obras de infraestrutura que aconteciam no país e chegavam ao município (Freitas, 1998; Santos, 2007; Oliveira; 2014). A feira livre foi a responsável por manter um maior número de pequenos e médios agricultores produzindo em suas unidades familiares, pois achavam um comércio “fácil” para absorver seus produtos. Outro fator positivo para essa manutenção são as migrações para o município que estimulam o consumo dos víveres e do comércio já totalmente concretizado.

Em 1992, a seca coloca um fim na hegemonia do gado, retirando do município a condição de indicador de índice de preço do boi gordo para o mercado da região Nordeste. A retomada industrial do município, novas modalidades de comércio, como o shopping e galerias e a modificação do padrão de consumo urbano com os supermercados e hipermercados, que inicialmente reduzem a demanda e o consumo nas feiras livre, mas não o seu esgotamento ou desaparecimento. O campo também se reestruturou e passou a ofertar mão de obra para a cidade, como resultado da fragmentação e gradativa redução das propriedades rurais.

O primeiro caso a se observar foi a liberação de mão de obra nas pequenas propriedades rurais pelo uso de máquinas, mesmo que em pequena escala mais o suficiente para reduzir o tempo do labor nas atividades dentro da unidade familiar de produção; e depois pela mudança na forma das relações de trabalho e do aumento do número de indivíduos que executam trabalho acessório, não obstante a introdução de novas atividades econômicas no espaço rural municipal.

Com uma população total de 616.272 habitantes⁴ (IBGE, 2022) e uma população rural de 51.150 habitantes, questionamos se todos os habitantes da cidade (sede municipal e sedes distritais) executam labores em atividades industriais e de serviços e mais ainda se todos os habitantes da zona rural são trabalhadores do campo? Encontramos uma resposta negativa, pois já havíamos tratado do trabalho acessório em atividades não-agrícola da população – residente – no campo, e que essa população de trabalhadores ativos em nada tinham de ligação com o rural a não ser a moradia.

A população rural do município mesmo trabalhando em atividades agrícolas e estabelecimentos rurais representam 29.983 pessoas e desse total, 21.390 pessoas estão no universo da agricultura familiar de todos os gêneros (IBGE – Censo Agropecuário, 2017). Um número muito baixo se comparado ao número total da população do município. A produção agrícola mesmo representada em números mil unidades, não retrata a realidade do Centro de Abastecimento, onde os comerciantes afirmam que até 95% de seus produtos são adquiridos de outros municípios.

O conflito entre a produção agrícola, os estabelecimentos rurais e a população rural se dão pela marcha dos empreendimentos imobiliários, em especial os condomínios residenciais fechados localizados em efetiva zona rural municipal e a tendência a minifundiarização das unidades familiares que se tornam celeiros de oferta de mão de obra para as atividades não rurais e para as agroindústrias que também buscam o espaço rural para se instalarem.

Uma referência feita às fábricas de sucos de frutas que compram sua matéria prima de outros municípios, mas estão instalados no município de Feira de Santana (Brasfrut, Necttare, Magia da Bahia). A justificativa para se instalarem no município é a logística dos transportes, oferta regular e ininterrupta de energia e telecomunicação, mão de obra qualificada e abundante, centro financeiro e potencialmente consumidor; porém não há no município nenhum polo de fruta irrigada ou frutas de sequeiro que possam gerar demanda para as fábricas de suco.

Essas fábricas de beneficiamento de polpas de frutas e/ou sucos envasados por sua vez não garantem a compra de frutas dos pequenos e médios produtores ou das famílias camponesas municipais; pois todos esses produtores não conseguem produzir em escala regular aquilo que as fábricas requerem em suas atividades.

Uma das características da agricultura camponesa é o policultivo, nas pequenas propriedades o pomar sempre é composto pelo menos com um exemplar de cada árvore frutífera, o mesmo se dá pela

⁴ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico – 2022.

lavoura de consórcio, um mecanismo de produção comum entre os camponeses que dispõem de pouca terra para cultivar (Paulino, 2006; Santos, 2007). Essa característica da unidade familiar em seu arranjo espacial, atrai o neo-ruralismo num imaginário de vida campesina e sua fixação entre os membros da comunidade rural.

O neo-ruralismo é paradoxal, pois diante do processo de urbanização, ele representa um importante elemento de resistência à urbanização no modelo de cidade, mas traz consigo componentes dessa urbanização, porém necessita conservar o rural que é o elemento chave de sua existência, valorizando o modo de vida rural associado ao modo de vida citadino.

Outra questão são as famílias que possuem domicílio na zona rural, mas desenvolvem seu labor nas cidades ou exclusivamente em trabalhos não-agrícolas, justificado principalmente pelo tamanho da propriedade, pelas técnicas de cultivo e pela escolha/disponibilidade da lavoura/criação a ser laborada. O avanço do capitalismo no campo provoca a industrialização da agricultura, a apropriação da renda da terra pelo capital, a territorialização de capital por um lado e a monopolização do território, por outro⁵.

De forma contraditória, há um processo crescente de incorporação de técnica à produção agropecuária, com a redução do número total de pessoas ocupadas no campo, porém se mantendo o caráter rentista da reprodução do capital, através dos mecanismos de sujeição da agricultura camponesa ao capital, que consegue converter em lucro o excedente de trabalho e a renda da terra, contida nas mercadorias agrícolas provenientes da agricultura camponesa (Locatel, 2004).

Sobre esse assunto ainda se segue a minifundiarização da propriedade rural que para o caso do município de Feira de Santana, tem sido a principal responsável pela redução do número de pessoas empregada no campo e que se constitui em exército de reserva para os setores urbano-industrial do município.

Não só os estabelecimentos rurais menores que 1 hectare que somam mais de 50% do total de estabelecimentos rurais do município e os estabelecimentos rurais que estão na classe entre – De 1 a menos de 5 hectares - que perfazem mais de 35%, resultando num universo de 85% do total de intervalos de classes, promovem a exclusão dos braços. Mas qual a real possibilidade de produzir e de se manter produtivo quando o que se dispõe são menos que 1 hectare para o trabalho?

A minifundiarização tem se mostrado o maior aliado na geração de mão de obra excedente para a cidade e suas atividades econômicas, muito mais que a mecanização da lavoura ou a interpenetração de equipamentos urbanos no meio rural. Todavia, os minifúndios têm se confundido com lotes urbanos, na cidade difusa promovendo a expansão da mancha urbana, aliada aos interesses políticos que corroboram com a possibilidade de ampliar os lotes urbanos em detrimento dos estabelecimentos rurais.

Os espaços urbanizados se confundem com os espaços ruralizados, gerando possibilidades de usos diferenciados. Pois é possível conviver com hortas e pomares, mas não são aceitas granjas e currais

⁵ Essa temática é também abordada pelos autores: Graziano da Silva, 1996, 1999; Locatel, 2004; Martins, 1983, 1990; Oliveira, 2007; Oliveira Júnior, 2012; Santos, 2012.

numa disputa de conflitos pelos espaços de interesses entre as categorias, rural e urbano. As ruralidades se apresentam firmes na territorialização como suas novas ruralidades resultado da classificação de atividades e do uso do solo.

Os grandes proprietários de terras do município não se veem ameaçadas por essa investida urbana, pois reconhecem a possibilidade de transformarem seus estabelecimentos rurais em condomínios residenciais fechados, de alto padrão, como uma referência ao campo e a natureza, utilizando-se do discurso da proximidade e convivência com o “meio natural”. Pois para esses grandes proprietários, a terra é uma mercadoria e sua propriedade um negócio. Diferente da família camponesa que vê na terra seu locus de existência e de relações.

No município de Feira de Santana, não foi detectado a presença do boia-fria, um trabalhador rural (diarista, na maior parte das vezes) que habita a cidade e faz uma migração diária entre sua residência e os possíveis locais de trabalho no campo. Temos trabalhadores que fazem essa migração inversa, residem na zona rural e trabalham na cidade, numa migração pendular, exercendo o trabalho urbano como qualquer outro cidadão. Aqui se faz um questionamento: Até que ponto as famílias que se encontram nessa condição são realmente agricultores familiares?

Também não foi verificado no município foco das análises, a presença de – bairro rural – mesmo que algumas sedes distritais apresentam tais características como apontou (Paulino, 2006, p. 348), porém o zoneamento urbano as classifica como zona urbana, sujeitas ao IPTU e dotadas de todos os equipamentos urbanos disponíveis no município. A intensidade das relações rural-urbana é algo questionável nesses distritos (em especial Jaguará) e a interação com o urbano é algo a se mensurar se possível, principalmente a sede distrital de Jaguará. O mesmo para a ausência de fazendas, sítios e chácaras isoladas. A intensidade das vias de circulação, pavimentadas ou não, como a proximidade dos municípios vizinhos (que proporcionou a metropolização entre outros aspectos), junto a expansão da mancha urbana, que inviabiliza a existência de isolamento no meio rural municipal.

Esse questionamento é mais um embate na questão da manutenção e até mesmo do número de trabalhadores no campo municipal que está associada a dois fatores; a dificuldade do acesso à terra resultado da manutenção e conservação da estrutura fundiária concentrada, baseada na reprodução do capital rentista, na lógica modernista e desenvolvimentista que o país trouxe para sua economia, pela mecanização da agricultura e o aumento de sua produtividade, pela industrialização e urbanização como fatores de crescimento para o país.

Devemos lembrar que a urbanização não provoca a eliminação do campo ou o modo de vida rural, pois se trata de um processo que atinge o território em sua totalidade. O que se pode afirmar é que existe uma territorialidade, composta por novas urbanidades e novas ruralidades, e que se faz necessário entendê-las, com uma nova abordagem e considerando todos os elementos presentes no espaço geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, o campo e a cidade não são duas entidades dicotômicas. Fazem parte de uma mesma estrutura, onde mantêm fortes relações de interpenetralidade. Neste sentido, é preciso ter em mente a totalidade para que as análises não sejam unilaterais. A relação campo-cidade no município de Feira de Santana, segue a mesma estratégia dominante que impõe uma “ordem” a qual atende apenas aos objetivos capitalistas, de uma lógica desenvolvimentista e modernista, que busca se desfazer do rural, sem dar a devida atenção ao caráter de complementaridade entre o campo e a cidade, onde a recíproca relação em que um constrói o outro.

Mesmo com essa pressão exercida por agentes imobiliários sobre os camponeses para venderem suas terras, há ainda a possibilidade de uma blindagem com os neo-rurais, que num processo de dualidade usam as mesmas chácaras e sítios que são alvo de especulação e pressão imobiliária, mas que são também procuradas e compradas por esses novos moradores do campo que busca viver próximos a natureza e ao verde e retirar o sustento da terra. Mesmo sabendo que os neo-rurais e os agentes imobiliários, promovem a entrada do capital imobiliário especulativo, pelo mercado de terras, de compra e venda das propriedades rurais municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alantejano, P. R. R. (2001). Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João C. (Org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectiva*. 3 ed. Passo Fundo: UPF, p. 149 -178.
- Alencar, C. M. M. de., Schweizer, P. J. (Orgs.). (2008). *Transformações territoriais: De rural a metropolitano*. Campinas, SP: Editora Alinea.
- Andrade, M. C. de. (1987). *Geografia econômica do Nordeste: O espaço e a economia nordestina*. 4 ed. São Paulo: Atlas.
- Araujo, A. O. (2014). *Redes e centralidades em Feira de Santana (BA): o centro de abastecimento e o comércio do feijão*. Feira de Santana: UEFS Editora.
- Barsky, A. (2005). El periurbano productivo, un espacio en constante transformación. Introducción al estado del debate, con referencias al caso de Buenos Aires. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (36). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-36.htm>.
- Bernadelle, M. L. F. da H. O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva – SP. In: Sposito, Maria E. B. e Whitacker, Arthur M. (Orgs.). (2006). *Cidade e campo: Relações e contribuições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular. p. 217 – 247.

- Bertrand, A. L. [et al.]. (2006). *Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea*. São Paulo: Atlas, 1973. Apud. Reis, Douglas Sathler dos. *O Rural e Urbano no Brasil*. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú- MG – Brasil, 18 a 22 de setembro de 2006.
- Carneiro, M. J. (1998). *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora.
- Diniz, A. F. (2012). *Estudo da variabilidade da pluviosidade (1994-2010) no município de Feira de Santana (Bahia) e seus reflexos na agricultura de sequeiros: o caso do milho*. Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. (Dissertação de Mestrado).
- Endlich, A. M. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: Sposito, M. E. B. e Whitacker, A. M. (Orgs.). (2006). *Cidade e campo: Relações e contribuições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular. p. 11 – 32.
- Ferreira, D, S. (2011). *Uso do solo urbano de Feira de Santana: Uma análise comparativa sobre a aplicação da Lei 1615/92 e o uso real da cidade*. 2011. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana. (Monografia de Graduação).
- Freire, L. C. M. (2011). *Nem tanto ao mar nem tanto a terra: Agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850 – 1888*. Feira de Santana: Editora UEFS.
- Freitas, N. B. (1998). *Urbanização em Feira de Santana: Influência da industrialização: 1970-1996*. Salvador: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. (Dissertação de Mestrado).
- Garcia Ramon, M^a. D. [et. al.] *Geografia Rural*. Madrid, Editora Síntesis, 1995. Apud. Locatel, C. D. (2004). *Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP*. Presidente Prudente: UNESP/FCT. (Tese de doutorado).
- Gomes, I. R. (2007). *Agricultura e urbanização: Novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Centro de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual do Ceará. (Dissertação de Mestrado).
- Graziano da Silva, J. (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP.
- Graziano da Silva, J. (1998). *O que é a questão agrária*. São Paulo: Brasiliense.
- Graziano da Silva, J. (1999). *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP.
- Inauguração do Centro de Abastecimento. *Jornal Feira Hoje*, Feira de Santana, 07 nov. 1976. In: Araujo, A. O. (2014). *Redes e centralidades em Feira de Santana (BA): o centro de abastecimento e o comércio do feijão*. Feira de Santana: UEFS Editora. p. 66.
- Instituto Jones dos Santos Neves - IJNS. (2011). *Mapeamento das áreas periurbanas do Espírito Santo*. Vitória, ES, IJNS. (Texto para discussão n° 24).
- Kautsky, Karl. (1980). *A questão agrária*. 3^a ed. São Paulo: Editora Proposta Universitária.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

- Locatel, C. D. (2004). *Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis – SP*. Presidente Prudente: UNESP/FCT. (Tese de doutorado).
- Locatel, C. D. (2013). *Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil*. Mercator, Fortaleza. v. 12, número especial (2)., set. 2013. p. 85 – 102.
- Martins, J. de S. (1983). *Os camponeses e a política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes.
- Mesquita, P. P. de. (2011). *Reflexões sobre o Pronaf B e a pobreza rural em Caucaia – Ceará*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Mota, M. S. e Peixoto, F. C. O continuum rural-urbano na formação da zona oeste do município do Rio de Janeiro. *Anais de IX SHCU, 2006*. IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 04 – 06 de Setembro de 2006. p. 01 – 23.
- Moura, M. M. (1988). *CAMPONESES*. 2 ed. São Paulo: Ática.
- Nascimento, Saumíneo da S. A funcionalidade do mercado de terras agrícolas em Sergipe: uma estratégia de reprodução camponesa. In: Menezes, A. V. C. de e Pinto, J. E. S. de S. *Linhas geográficas*. Aracaju: Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001. p, 329 – 465.
- Oliveira Junior, M. P. de. (2012). *A sujeição da renda da terra camponesa*. São Cristóvão: NPGeo/UFS. (Dissertação de Mestrado).
- Oliveira, A. M. de. Agricultura em áreas metropolitanas. In: Menezes, A. V. C. de e Pinto, J. E. S. de S. *Linhas geográficas*. Aracaju: Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001. p, 33 – 184.
- Oliveira, A. U. de. (2007). *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH.
- Oliveira, M. L. S. (2014). *Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela*. Feira de Santana: UEFS Editora.
- Paulino, E. T. (2006). *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Editora UNESP.
- Poppino, R. E. (1968). *Feira de Santana*. Salvador: Editora Itapuã.
- Queiroz, M^a. I. P. de. (1973). *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
- Rosa, L. R. e Ferreira, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: A perspectiva do continuum. In: Sposito, M. E. B. e Whitacker, A. M. (Orgs.). (2006). *Cidade e campo: Relações e contribuições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular. p. 187 – 204.
- Santos, J. A. L. dos. (2007). *Implicações do Pronaf na produção do espaço rural do município de Feira de Santana – BA (1999/2006)*. 2007. Salvador: Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. (Dissertação de Mestrado).
- Santos, M. (1988). *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, S. de. (2013). *Urbanização recente em Feira de Santana – Bahia: Uma análise da avenida Artêmia Pires de Freitas – SIM*. Feira de Santana: UEFS. (Monografia).

- Silva, T. P. As redefinições do “rural”: Breve abordagem. *Revista Nera*. (2004). Presidente Prudente. Ano 7, nº 4, p. 50 – 55, jan/jun. 2004.
- Sousa, J. M. P. (2009). *Avaliação do financiamento da agricultura na produção, ocupação e renda*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. (BNB Teses e Dissertações; n. 18).
- Souza, M. L. (2005). *ABC do Desenvolvimento Urbano*. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Vale, A. R. do. (2005). *Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)*. Rio Claro, SP: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2005. (Tese de Doutorado).
- Wanderley, M de N. B. (2001). A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. p. 31 – 44. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>.

Índice Remissivo

A

agricultura, 4, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 65
análise multivariada, 57
Argentina, 32, 33, 34, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

B

Bahia, 4, 12, 13, 23, 24, 26, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52
bovino, 24, 25, 36, 40, 41, 46

C

campo, 4, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 48, 52, 53, 57, 60, 65
caprinos, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 24

Ch

Chaco, 4, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55

C

cidade, 4, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 40, 41, 49

D

Distância de Manhattan, 4, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65

E

estresse, 7, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65
exploração agrícola, 33, 35, 36, 46, 47

F

Feira de Santana, 4, 12, 13, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 41, 47, 48, 49

G

genótipos, 4, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65
gramíneas forrageiras, 56, 57, 60, 63, 64

M

manejo, 4, 6, 7, 8, 35, 37, 38, 45
melhoramento genético, 6
multicritério, 56, 58, 61

O

ovinos, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 24

P

Periurbanização, 17
periurbano, 14, 15, 18, 19, 20, 24, 29, 32

R

rebanho, 6, 7, 10, 25
recursos naturais, 35, 37, 41, 42
relações sociais, 12, 13, 14
reprodução, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 24, 27, 28, 31, 41

S

soja, 4, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 45, 46, 47, 50, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 64

T

TOPSIS, 4, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

V

vetores de crescimento, 15, 19, 23, 33

Z

zona fronteiriça, 14

Sobre os organizadores



  **Bruno Rodrigues de Oliveira**

Graduado em Matemática pela UEMS/Cassilândia (2008). Mestrado (2015) e Doutorado (2020) em Engenharia Elétrica pela UNESP/Ilha Solteira. Pós-doutorado pela UFMS/Chapadão do Sul na área de Inteligência Artificial aplicada na Engenharia Florestar/Agronômica. É editor na Pantanal Editora e Analista no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Tem experiência nos temas: Matemática, Processamento de Sinais via Transformada Wavelet, Análise Hierárquica de Processos, Teoria de Aprendizagem de Máquina e Inteligência Artificial, com ênfase em aplicações nas áreas de Engenharia

Biomédica, Ciências Agrárias e Organizações Públicas. Contato: bruno@editorapantanal.com.br



  **Alan Mario Zuffo**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (2010) na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre (2013) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor (2016) em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós - Doutorado (2018) em Agronomia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Atualmente, possui 237 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 131 resumos simples/expandidos, 86 organizações de e-books, 53 capítulos de e-

books. É editor chefe da Pantanal editora e da Revista Trends in Agricultural and Environmental Sciences, e revisor de 23 revistas nacionais e internacionais. Professor adjunto II na UEMA em Balsas. Contato: alan_zuffo@hotmail.com.



 **Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo**

Pedagoga, graduada em Pedagogia (2020) na Faculdades Integradas de Cassilândia (FIC). Estudante de Especialização em Alfabetização e Letramento na Universidade Cathedral (UniCathedral). É editora Técnico-Científico da Pantanal Editora. Contato: rlustosa@hotmail.com.br



  **Jorge González Aguilera**

Engenheiro Agrônomo, graduado em Agronomia (1996) na Universidad de Granma (UG), Bayamo, Cuba. Especialista em Biotecnologia (2002) pela Universidad de Oriente (UO), Santiago de Cuba, Cuba. Mestre (2007) em Fitotecnia na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Doutor (2011) em Genética e Melhoramento de Plantas na Universidade Federal do Viçosa (UFV), Minas Gerais, Brasil. Pós - Doutorado (2016) em Genética e Melhoramento de Plantas na EMBRAPA Trigo, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor Visitante (2018-2022) na Universidade Federal de Mato

Grosso do Sul (UFMS) no campus Chapadão do Sul (CPCS), MS, Brasil. Professor substituto (2023-Atual) na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Cassilândia, MS, Brasil. Atualmente, possui 130 artigos publicados/aceitos em revistas nacionais e internacionais, 29 resumos simples/expandidos, 61 organizações de e-books, 45 capítulos de e-books. É editor da Pantanal Editora, e da Revista Trends in Agricultural and Environmental Sciences, e revisor de 19 revistas nacionais e internacionais. Contato: j51173@yahoo.com



  **Lucas Rodrigues Oliveira**

Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul e na Secretaria de Educação Estadual de MS. Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.



 **Aris Verdecia Peña**

Médica, graduada em Medicina (1993) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especialista em Medicina General Integral (1998) pela Universidad de Ciencias Médica de Santiago de Cuba. Especializada em Medicina en Situaciones de Desastre (2005) pela Escola Latinoamericana de Medicina em Habana. Diplomada em Oftalmología Clínica (2005) pela Universidad de Ciencias Médica de Habana. Mestrado em Medicina Natural e Bioenergética (2010), Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba, Cuba. Especializada em Medicina Familiar (2016) pela Universidade de Minas Gerais, Brasil. Professora e Instructora da Universidad de Ciencias Médicas de Santiago de Cuba (2018). Ministra Cursos de pós-graduação: curso Básico Modalidades de Medicina Tradicional em urgências e condições de desastres. Participou em 2020 na Oficina para Enfrentamento da Covi-19. Atualmente, possui 11 artigos publicados, e dez organizações de e-books



9786585756457

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 9608-6133 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br